

Os santos e a peste no Brasil colonial (1685-1754)

Edson Tadeu Pereira

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Franca - São Paulo - Brasil

solxadrez93@gmail.com

Resumo: Em 1685, uma doença caracterizada como “peste” atinge Pernambuco, alastrando-se depois para outras capitanias. A alta letalidade estimulou os clérigos a escreverem sobre a doença, o que reforçou a presença dos saberes religiosos nas providências tomadas contra a ela. A devoção aos santos tornou-se central porque se coadunou às situações da epidemia. Nos sermões, livros de devoção e hagiografias as santidades surgem como os intercessores da causa dos homens junto a Deus e, por isso, os colonos deveriam escolher um ou outro padroeiro para proteger a cidade ou vila. Nestes documentos, os religiosos recomendavam a prática de procissões, orações e novenas dedicadas aos santos tidos “advogados contra a peste”. Com a intensificação da epidemia, as pessoas fugiam tanto da peste quanto dos apestados, com exceção dos clérigos. Eles socorreram os enfermos porque buscavam um ideal de vida pia a exemplo dos santos, que desprezaram o mundo e viveram e morreram pelos outros, razão de arriscar a saúde junto aos doentes. Diante deste quadro, este artigo pretende, em linhas gerais, investigar a moral sobre a peste no Brasil entre 1685 e 1764, período marcado por surtos pestilenciais importantes, interrogando sobre o lugar da fé para a saúde e as doenças dos colonos.

Palavras-chave: Peste. Devoção. Clero. Santos. Moral. Procissões.

Introdução

Em 1685, no porto do Arrecife em Olinda ancorou um navio proveniente de São Tomé (África) e contaminado de peste — através dos sintomas descritos, hoje alguns estudiosos cogitam que ocorreu uma epidemia de febre amarela — iniciou a proliferação deste mal na América Portuguesa (FREITAS, 1935, p. 49; MACHADO, 1978, p. 72; BARATA, 1987, p. 11; GURGEL, 2014, p. 75; VIOTTI, 2017, p. 57).¹ No mesmo ano morreram 600 pessoas nas imediações do porto e no bairro de santo Antônio decorrentes da epidemia; e nos anos seguintes (até 1692), a doença espalhou-se para Olinda, Goiana e Cabo de santo Agostinho, somando ao todo 2000 vítimas fatais apenas na Capitania de Pernambuco. A mortalidade entre os pernambucanos atingiu o ápice, mas os colonos da Bahia e das capitanias do Sul não saíram ilesos. A partir de 1686, esse mal começou a matar pessoas em Salvador, inclusive entre os principais do Estado do Brasil como o Arcebispo da Bahia d. João da Madre de Deus (1621-1686) e o Governador-geral Matias

¹ No Brasil colonial, como na Europa Moderna coeva, as concepções sobre os males e sua identificação não possibilitavam nomear as doenças com nomes próprios, assim, muitas epidemias causadas por infecções distintas eram nominadas apenas de “peste”.

da Cunha (?-1688). Diferente de outras pragas ocorridos na colônia (em que a suscetibilidade de índios e negros se comprovava pela contagem de mortos entre eles), nesta a contabilidade macabra registrou, em sua maioria, os brancos inclusive de membros dos grupos de destaque na sociedade: senhores de engenho, plantadores, funcionários da Coroa, membros do clero e comerciantes. Isso impactou sobremaneira as providências tomadas pelas autoridades locais (RIBEIRO, 1971, p. 16; FRANCO, 1976, p. 09-10; DE MELLO PEREIRA, 2005, p. 111; SOUZA, 2010, p. 140).

Na época a responsabilidade pelo combate da peste recaía nas mãos da administração colonial, das câmaras municipais, de médicos — práticos em geral — e de eclesiásticos (MACHADO, 1978, p. 83-104). Estes últimos testemunharam acerca de surtos pestilenciais importantes ocorridos — a maioria dos relatos provêm da Bahia — entre fins do século XVII até meados do século XVIII em sermões, orações, livros de devoção e hagiografias, constituindo material impresso valioso para o estudo do tema — quando não agiram diretamente como enfermeiros e boticários. Os textos apresentavam as razões para a Igreja se intrometer nos males do século. As pestilências não ocorriam por acaso, os pecados provocavam a “Justiça Divina” materializada nas epidemias, e por causa disso, o padre estimulava o fiel se arrepender das culpas e adotar o perfil ideal de bom cristão, condição para restabelecer a saúde na comunidade (BASTOS, 1997, p. 04).

A imagem do bom cristão na ocasião da peste construída pelos clérigos comprometia-se com as boas obras, isto é, esse perfil se resumia em pessoas que participavam de procissões, novenas e orações rogando a intercessão de alguma santidade. Tendo em mente esta face religiosa da pestilência nos documentos da colônia, esse trabalho visa analisar quatro problemas atinentes as epidemias ocorridas na colônia, a saber, o primeiro, como os padres legitimaram a “doutrina dos santos advogados contra a peste”? O segundo: nem todos os santos poderiam ser “advogados contra a peste”, portanto, como os clérigos auxiliaram os colonos a escolher as santidades ideias para devotar sua fé? O terceiro: quais razões a clerezia usou para justificar as práticas piedosas que os fregueses deveriam aos santos? Por fim, a quarta questão, a pregação sobre as boas práticas não extinguiu o rol de ações da clerezia, alguns religiosos se engajaram diretamente no socorro aos enfermos de acordo com a mesma doutrina dos santos “advogados contra a peste”, como essa doutrina estimulou o cuidado para com os doentes?

O contexto da peste e a legitimação dos santos

À época do primeiro surto de peste em 1685, os padres começaram a pregar sobre as qualidades salutíferas da devoção aos santos contra a epidemia. É possível considerar que essa presença dos santos nos documentos compulsados esteja numa característica comum a época, isto é, existiam santos para cada momento da vida dos colonos. Mas aplicar tal explicação no contexto da peste ignora o esforço dos homens da Igreja de legitimar alguns santos para a ocasião. Outro problema que se põe é que outros assuntos poderiam predominar nos sermões a despeito da matéria de devoção aos santos como a caridade para com os apastados nos momentos de intensificação da crise sanitária. Entretanto, os santos predominaram nos discursos, e cogitamos que essa recorrência se explica, em parte, pelas relações estabelecidas entre os santos e as circunstâncias da peste.

A peste de 1685, que assolou quase a totalidade da América Portuguesa, tinha pelo menos uma característica em comum com as epidemias que eclodiam na Europa coetânea: as cidades tornam-se o epicentro da crise. De fato, para os homens do século XVII, essa doença era uma “enfermidade das cidades” como apontou o padre jesuíta Antônio Vieira (1608-1697) em outra ocasião (VIEIRA, 1682, p. 174). Outro elemento reforça a atenção às urbes, os clérigos produziram textos para os habitantes desses lugares, como os sermões e livros pios que recomendavam providências executáveis nestes centros e se referiam as ações dos urbanos. Os habitantes se reuniam em torno da paróquia para rogar aos santos, de acordo com práticas comunitárias de devoção — jamais encontramos menções a atuação individual, salvo a das pessoas em estado de santidade —, e o santo escolhido tornava-se identidade desse grupo que esperava interrupção da infecção. O clero colonial aludiu a algumas localidades associadas a um santo específico como: Constância (Portugal) com são Roque (1295-1327), Palermo (Itália) com santa Rosália (1130-1166), Rio de Janeiro com são Sebastião (256-286), Salvador com são Francisco Xavier (1506-1552), Igarassu com santos Cosme e Damião (?-303) (GUSMÃO, 1686, p. 03; BONUCCI, 1701, p. 67-69; ALMEIDA, 1742, p. 07-08).

Os sinais da peste, para aqueles homens, tinham dois sentidos semânticos distintos, isto é, poderia significar coisas que pressagiavam a epidemia, mas também os sintomas de quem contraiu o achaque. Sobre este último, o médico João Ferreira da Rosa (?-?) — Ferreira da Rosa foi responsável por combater a epidemia na Capitania de Pernambuco entre os anos de 1690 a 1692; e depois relatou a suas providências bem-

sucedidas no livro *Tratado único da constituição pestilencial do Pernambuco...* impresso em 1694 — faz um breve sumário das queixas mais comuns, tendo em vista identificar bem os indícios da doença para melhor tratar os apestados. De acordo com esse médico, são sensações comum aos infectados: calores, febre, dificuldade de respirar, dor de cabeça, sede anormal, tremores pelo corpo, fastio (inapetência), vigia (insônia), delírios, diarreias e muita urina (perda de líquidos em geral), icterícia (coloração amarela da pele e dos olhos). Para o médico os sintomas existem devido a corrupção dos humores, nomeadamente, a cólera e a fleuma, ambos localizados na região estomacal (ROSA, 1694, p. 24-29).

Os sinais também são utilizados para descrever quando o contágio de peste era eminente, como se as coisas que aconteceram anunciassem a infecção que viria a seguir. Na década de 1720, o dicionarista oratoriano Rafael Bluteau (1638-1734) descreve no verbete “peste” a sequência de eventos que antecedia a peste. Segundo observações da vida vegetal e animal (estes sofriam primeiro os efeitos corruptivos da peste) percebia-se que os roedores e insetos, aqueles que vivem debaixo da terra, por exemplo, abandonava seus esconderijos e arvores e arbustos murchavam suas folhas e a corrupção da água e do ar levava a mortandade de peixes e aves. Por fim, as coisas e as pessoas sentiriam o impacto dessa constituição pestilencial, pois, o pão embolorava mais rápido, a água das fontes se turvava e haveria relatos de mortes súbitas pelas ruas (BLUTEAU, 1720, Vol. 6, p. 468).

Renomados médicos e lexicográficos dissertaram a respeito dos sinais da peste. Os pregadores exploraram esse saber a favor da devoção aos santos, pois, invariavelmente, sendo sintomas ou prenúncios, as santidades tinham um papel fundamental. Em 1701, o padre missionário jesuíta Alexandre Bonucci contou a experiência bem-sucedida dos palermitanos contra a peste quando reconheceram santa Rosália sua advogada contra a pestilência, e com isso ofereceram festa, procissões e o traslado de suas relíquias para uma igreja própria. O missionário explicou que essas honras legadas a santa fizeram-na feliz e por isso ela “desterraria todos os sinais de peste, e de morte repentina” de Palermo de então. (BONUCCI, 1701, p. 87). Já em 1742, o padre jesuíta Francisco de Almeida (1706-1761) refletiu sobre os eventos pestilenciais de 1686 na Bahia, e que seus sinais provinham da sombra da aranha na lua no ano anterior. Porém se, por um lado, do céu a peste se anunciava “por outra lhe apontavam o remédio”, isto é, a devoção no santo mártir Francisco Xavier (ALMEIDA, 1742, p. 06).

Naquela época, leigos e clérigos compartilhavam a explicação astrológica que havia constituído aquela epidemia. Basicamente todos os relatos que tangem essa causa lembra do eclipse lunar de dezembro de 1685 estando este astro na casa de Gêmeos, e o Sol ocupava a casa de Sagitário, portanto oposição entre Sol e Lua e conjunção da Lua com Mercúrio — configuração astrológica maligna para os contemporâneos (GUSMÃO, 1686; ROSA, 1694, p. 11; ALMEIDA, 1742, p. 07). Segundo o médico João Ferreira da Rosa, esse arranjo celestial corrompeu o ar que propagou a pestilência. Mas os homens da época não subestimaram outros fatores que auxiliaram a “comunicação” da peste. Nas circunstâncias sanitárias que se encontrava a capitania de Pernambuco no último quartel de século XVII, as águas empoçadas em açudes, os defuntos enterrados em covas rasas, carne apodrecendo no porto do Arrecife; em suma, os colonos desconfiaram que esses elementos insalubres somados provocou a peste. (ROSA, 1694, p.12-13; ALMEIDA, 1742, p. 15-16).

Como o Céu determinava a situação futura das pessoas, os padres conjuravam as qualidades salutíferas dos santos associados aos astros, único arranjo celeste capaz de contrapor o outro pestífero. Em um sermão que pregava a importância da devoção a São Francisco Xavier, o padre Francisco de Almeida explicou como este santo salvou a cidade de Salvador. A imagem de São Francisco Xavier emitia um brilho, como se fosse um “Sol místico”, e esta característica salvou os homens da Bahia porque serviu “para desterrar com a sua luz aquela pestilente bicha” causada pela maligna configuração astrológica (ALMEIDA, 1742, p. 06). Reportando um caso de epidemia no Rio de Janeiro, o padre Ângelo de Siqueira (1707-1776) fez coisa parecida na década seguinte, pois, evocou a misericórdia da Maria Mãe de Cristo (?-?) a “estrela do mar” provedora do bem dos homens em outras circunstâncias, zelaria pelos ameaçados de pestilência (SIQUEIRA, 1754, p. 119).

Como já foi dito, o ar na constituição pestilencial “comunicava” a peste para os corpos vegetais e animais, mas era impossível evitar esse elemento e relativamente mais difícil de purificá-lo do que a água que seca. Os médicos recomendavam piras acessas para o fogo consumir a infecção e a fumaça perfumar o ar, já os padres consideravam importante rezar na intenção de algum santo. Ângelo de Siqueira, por exemplo, prescreveu orar a Santa Bárbara (?-306) advogada contra “peste e ar corrupto”, na sua *Botica preciosa e tesouro preciso da Lapa...* (SIQUEIRA, 1754, p. 315). Nessa situação a devoção não interferia na epidemia como um todo, tampouco na saúde dos apastados,

mas somente em requisitar as “especialidades” da santa em questão em intervir em um elemento que comunicava a doença.

Às causas naturais (corrupção do ar, da água, arranjos dos astros), o contemporâneo do surto de 1685 somou motivos Divinos para a peste. Eles cogitavam que Deus havia castigado os colonos por seus pecados. Levando este detalhe em conta, médicos e clérigos esforçaram-se para saber a origem da doença, atentando, geralmente, para detalhes como a persistência da epidemia e bons remédios que não curam. Logo no início da peste na Bahia, em 1686, o padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724) não tinha certeza se Deus havia castigado Salvador com o “mal comum”, mas se os dias, as semanas e os meses passassem sem reversão do quadro epidêmico como em Olinda, não restaria dúvida para Alexandre de Gusmão: Deus punia os fregueses baianos por sua desonestidade (GUSMÃO, 1686, p. 13). Os colonos de Pernambuco suportaram condições piores. De 1685 a 1692 viveram um amplo e devastador surto; o número de mortos em sete anos não permitia dúvidas, Deus provocou aquela doença para corrigir os homens impiedosos. Nesse contexto, o médico João Ferreira da Rosa justificava que os remédios *alexifármacos misto* tinham eficácia comprovada contra a peste, todavia, devido a geração da peste da “bicha” ter em alguns casos o castigo divino, o médico não deu certeza do uso bem-sucedido desta substância (ROSA, 1694, p. 57).

Os pressupostos de “punição”, de “justiça divina” e de “julgamento” indicam a relação estabelecida entre os fiéis com a divindade, isto é, conota as criaturas de réus e o criador de juiz. A pena aplicada pelo “tribunal divino”, por sua vez, incluía todas as desgraças provocadas pela peste. Com isso em mente, os colonos aceitavam chamar os santos de “advogados contra a peste”, a fim da defesa necessária junto a esse juiz justo, porém rigoroso.²

A legitimidade dos santos durante a peste proveio, em parte, do esforço de clérigos aproximarem o que circunscrevia uma epidemia nos séculos XVII e XVIII com a devoção aos santos. Basicamente tudo aquilo que havia de errado com as cidades, os astros, os ares e a relação dos homens com Deus precisavam dos santos para reverter o estado de equilíbrio das coisas. Os santos representavam o contraponto do que estava ruim, desequilibrado e insuficiente e isso justificou para os fregueses a seguinte

² Embora tenhamos escolhido entender a associação dos santos com as vicissitudes da peste a partir do prisma da devoção, não ignoramos a existência de todo o conjunto de opções formais para a exposição dos santos ao lado dos elementos da peste, nomeadamente o recurso as alegorias e antonomásias pelos pregadores. Cf. PÉCORA, Alcir. **Teatro do sacramento**. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

mensagem: importava bastante para a própria saúde e das pessoas próximas a devoção aos santos certos, ou seja, os “advogados contra a peste”, os santos eleitos para o culto nestas circunstâncias.

O problema da escolha dos santos para a devoção contra a peste na América Portuguesa

Nos livros escritos em estado de peste ou com esse tema em mente, os padres recomendavam a devoção aos santos, mas não a qualquer um, havia o trabalho prévio de seleção dos mais adequados. Mas quem pautava as escolhas não procedia assim de acordo com princípios gerais; elegê-los dependia mais das circunstâncias locais, acima de tudo a predileção do público que pretendiam atingir. Os sermões, e outros textos piedosos, abordam estes através de títulos sugestivos, por exemplo, “amigos de Deus” para são Sebastião, são Gonçalo (1187-1259) e são Francisco Xavier (GUSMÃO, 1686, p. 03); também nomeavam de “advogados contra a peste” os santos Onofre (320-400), Bartolomeu (?-51), Bárbara, Roque e Rosália (BONUCCI, 1701; SIQUEIRA, 1754, p. 118, 286, 296, 315); às vezes não havia título, pois dependia da história de vida: o que fez ao longo da vida? Os devotos aos santos Cosme e Damião consideravam-nos capazes de cessar a peste porque exerceram a medicina na Roma antiga e padroeiros dos médicos na Idade Moderna (ALMEIDA, 1743, p. 06). É possível que os colonos rogassem para alguns e não para outros por causa dos epítetos mencionados pelo pregador ou escritor.

É preciso dizer que os pregadores evocavam a maioria das santidades mencionados acima no decorrer de um sermão, mas com certeza rogaram mais a proteção de são Francisco Xavier do que qualquer outro santo. O nome dele se tornou associado a peste por causa de sermões dos jesuítas Antônio Vieira, Alexandre de Gusmão e Francisco de Almeida. Talvez, o fato de os pregadores obedecerem a mesma regra jesuítica que são Francisco Xavier tenha contribuído para divulgar essa devoção na América Portuguesa.

A eleição do santo por parte dos habitantes da Salvador também dependia das escolhas das demais cidades; sobretudo daquelas que superaram surtos anteriores. No momento que a peste atingiu Salvador não havia precedentes na história da colonização para aquela epidemia, o que explicaria a necessidade dos pregadores remeterem as experiências bem-sucedidas fora da América. Em 1686, num sermão fúnebre dedicado ao arcebispo da Bahia d. João da Madre de Deus, vítima do mal em questão, Alexandre de

Gusmão mencionou antecedentes em Portugal, constatando que “tantas cidades têm tomado por padroeiro da peste” são Francisco Xavier (GUSMÃO, 1686, p. 03).

Quando Alexandre de Gusmão abordou a devoção a são Francisco Xavier, ele o recomendou junto a são Gonçalo e são Sebastião, sem propriamente escolher apenas um culto. São Francisco Xavier se tornou o herói da cidade de Salvador em face da peste, pelo menos nos sermões, apenas em meados do século XVIII, com o *Sermão de são Francisco Xavier, protetor da cidade da Bahia...* pregado pelo padre Francisco de Almeida e publicado em 1742 (SOUZA, 2010, p. 134). Para o clérigo, a fé ao dito santo se justificava porque na Bahia era “Xavier Salvador da peste” (ALMEIDA, 1743, p. 17). Todavia, a maior diferença entre as duas pregações redonda das circunstâncias de cada tempo, em 1686 os habitantes de Salvador ainda não reconheciam em são Francisco Xavier seu padroeiro, quadro distinto de 1742.

No período, a fundação de vilas dependia mormente da ereção de uma capela sob o nome de um santo, marco inicial do povoamento, mas desconhecemos casos semelhantes no América Portuguesa de escolher o padroeiro pautado pela peste tal e qual na cidade de Salvador com são Francisco Xavier. Na ordem dos acontecimentos, primeiro os colonos consideravam Xavier apenas mais um intercessor a rogar, e após 1686 — depois que a cidade ardeu com a epidemia — escolheram-no como patrono pois livrara a cidade uma vez.

Embora as informações abundem para a cidade de Salvador, os documentos apresentam soluções parecidas para mais cidades e vilas do Brasil colônia. Sabemos que estas escolheram santos distintos para devotar suas esperanças contra a peste. No tempo do surto pestilencial de 1685-1692, de acordo com o mesmo sermão de Francisco de Almeida, os habitantes da vila pernambucana de Iguaçú (provavelmente erro de imprensa, Igarassu seria o possível nome da vila) escolheram santos Cosme e Damião para interceder em seu favor, e os moradores do Rio de Janeiro fizeram o mesmo com são Sebastião (ALMEIDA, 1743, p. 07-08). Em ambos os casos não houve obrigação por parte dos pregadores para que os fregueses escolhessem apenas santos “advogados contra a peste”, santos Cosme e Damião não vêm destacados assim nos documentos, os colonos de Iguaçú escolheram-nos graças a crença secular nos seus padroeiros; já os moradores do Rio de Janeiro contaram com um “padroeiro da peste nos Reinos de

Portugal”, desde antes da primeira notícia de contágio (GUSMÃO, 1686, p. 03; SOUZA, 2000, p. 37).³

As práticas devocionais voltadas aos santos na ocasião da peste

Em 1694, o médico João Ferreira da Rosa recomendou aos colonos pernambucanos, que sofreram com um surto infeccioso nas décadas de 1680 e 1690, a rogarem a são Sebastião e são Roque assim: “fazendo todas estas deprecações com jejuns, procissões e outros atos devotos” (ROSA, 1694, p. 58). A fala de João Ferreira da Rosa parece imbuída dos argumentos do pregador a respeito dos santos que os colonos deveriam dedicar toda sorte de práticas piedosas.⁴ Sabendo que a peste motivava a busca de soluções espirituais por leigos e clérigos, quais práticas devocionais os eclesiásticos prescreviam nos seus textos e, sobretudo, de que forma os padres arrazoaram tais performances para seus interlocutores?

Relativo às práticas devotas mencionadas por João Ferreira da Rosa, o clero recomendou mais a procissão que o resto das performances devocionais juntas. Os padres jesuítas Antônio Bonucci (1651-1729), Alexandre de Gusmão e Francisco de Almeida, por exemplo, abordam de alguma forma a procissão nos seus escritos. Talvez, o motivo da insistência dos padres com a procissão resida no fato de considerarem-na “mal comum”. Convencionou à época atribuir as causas desta doença ao conjunto de pecados da comunidade; nada mais justo para a moral vigente que os homens juntos rogassem a intercessão dos santos para cessar o castigo divino. E segundo esse saber, os textos piedosos associam procissão a penitência, o missionário jesuíta Antônio Bonucci, por exemplo, fez essa combinação. O clérigo em questão escreveu na hagiografia *Vida de S. Rosália virgem palermitana advogada contra a peste* (1701), que esta prática servia “...para abrandar com estes sinais de compunção e humildade a ira divina” (BONUCCI, 1701, p. 77-78).

³ A escolha de são Sebastião como padroeiro da cidade do Rio de Janeiro se deu no ato de fundação em 1565.

⁴ A respeito da relação linguística dos tratados médicos com os textos piedosos, a estudiosa Virginia Langum tem um trabalho que constata a presença da linguagem do confessor nos textos médicos dos séculos XII ao XV escritos na Inglaterra cf. LANGUM, Virginia. **Medicine and the seven deadly sins in late medieval literature and culture**. New York: Palgrave Macmillan, 2016, p. 61. Embora não tratemos o mesmo problema, tampouco com os mesmos objetos, parece natural para os homens de fins do século XVII até meados do XVIII o intercâmbio entre saberes religiosos e médicos.

Na América Portuguesa, sobre as procissões em sinal de compunção devido à peste, possuímos registro apenas para a cidade de Salvador. O padre Alexandre de Gusmão mencionou três procissões ocorridas na epidemia de 1686. De acordo com ele, “...fizeram-se públicas procissões...” pelas ruas da dita cidade, e acompanharam o cortejo, os intercessores escolhidos para purgar as freguesias, imagens de são Francisco Xavier, são Gonçalo e são Sebastião, algum dos santos objeto de devoção ao longo da epidemia (GUSMÃO, 1686, p. 03).

A norma dos fiéis saírem as ruas em procissão para purgar a cidade da peste parece se chocar com a noção estabelecida na época de que o contágio decorria do ar pútrido. Caso essa contradição fizesse sentido naquele tempo, os fiéis não atenderiam ao clamor dos pregadores de fazer procissão, pois estariam expostos ao risco de adoecer pelo ar. O motivo pelo qual os fiéis saíam às ruas despreocupados residia no fato de estarem acompanhados das imagens dos santos intercessores. Nos textos piedosos existia a convecção de que a entrada de uma imagem de santo numa cidade ou a procissão desta imagem pelas ruas purificava os ares pestilentos (VIEIRA, 1682, p. 178; ALMEIDA, 1743, p. 09). Assim, a procissão não figurava apenas como ato passivo de penitência propagados pelo clero para a remissão dos pecados coletivos, as pessoas se envolviam ativamente em procissões pois a santidade homenageada poderia “sanear” a cidade.

A procissão aparecia frequentemente na documentação analisada, mas essa prática não constituiu a única ação piedosa lícita ao bom cristão, a oração e a novena tinham espaço acanhado nos referidos textos. Na Bahia de 1686, Alexandre de Gusmão conta a ocorrência de novenas na intenção da Virgem Santíssima e mais uma diante do Santíssimo Sacramento (GUSMÃO, 1686, p. 03). No mesmo sermão, ao lado dessa prática exemplar, o pregador lembrou precedente bíblico sobre peste no reinado de Salomão, em que os súditos tomavam providências piedosas, pois, “...mandado ele [Deus] a pestilência, sobre alguma Cidade, e seu povo arrependido fizesse oração”; e depois disso, segundo a leitura bíblica de Alexandre de Gusmão, os israelitas alcançaram a cura (GUSMÃO, 1686, p. 04).

O padre Ângelo de Siqueira conta que trouxe de Portugal (na década de 1750) para o Brasil uma oração poderosa contra a peste. A dita oração rogava a interseção de são Bartolomeu, cuja vocação impedia que os sinais da doença se manifestassem. Nos seminários fundados por Ângelo de Siqueira na cidade do Rio de Janeiro e em Campos dos Goytacazes, os seminaristas adotaram essa prática, e pelo que temos notícia, da

epidemia ocorridas nas duas localidades em meados do século XVIII, os noviços saíram incólumes do contágio devido aquela oração (SIQUEIRA, 1754, p. 118-119).

A prescrição das práticas mencionadas até aqui contemplava apenas as pessoas sãs da comunidade, mas o que fazia os apestados, para estes a Igreja propunha alguma prática devocional? Os padres recomendavam aos doentes, em geral, a paciência e a resignação a vontade divina, sendo o sofrimento condição natural dos filhos de Adão, fundamento moral da doença na cristandade. É aparente que os padres da América Portuguesa tinham algum plano para aquele tipo de enfermo, e tange o sobredito fundamento, com algumas modificações por causa de das circunstâncias. Nos sermões e livros, os padres recomendavam que os fiéis acamados mantivessem “colóquios” com às imagens de santos tidos intercessores contra a peste. Antônio Vieira lembrou, em um sermão panegírico a São Francisco Xavier, o caso do menino Mauricio tocado pela peste, que no estado de convalescência, mas fora de risco de vida, agradecia a São Francisco Xavier mantendo colóquios com a imagem deste. Antônio Bonucci, por exemplo, contou, no seu texto *Vida de S. Rosália*, que um padre jesuíta siciliano que contraiu este mal e já desenganado pelo médico alcançou a cura porque tinha uma imagem de santa Rosália na sua cela, mantendo com este ícone diálogos (VIEIRA, 1694, p. 478; BONUCCI, 1701, p. 93). Em ambos os casos, a pestilência promoveu o aperfeiçoamento espiritual, já que, respectivamente, este mal ensinou a Mauricio o valor da devoção a São Francisco Xavier; o padre jesuíta saiu em missão pelo oriente para cumprir a promessa travada com santa Rosália.

O exemplo dos santos para os clérigos durante a peste

Nos períodos de proliferação de peste, as autoridades recomendavam para os habitantes que poderiam se deslocar a fugir das cidades, vilas e arraiais contaminados, ir viver no campo ou em lugares com comprovada qualidade do ar por alguns meses. Para os contemporâneos do surto de 1685-1692 o ar comunicava a peste, e nada de proveito obteria a pessoa que permanecesse em espaços com ares pútridos. Mas a maioria da população não tinha para onde ir, ficando refém da infecção; às vezes, o dever da profissão, e não a condição social, obstava procurar um lugar saldável para morar, pois seria difícil conceber que por esse motivo o governador da capitania se ausentasse. Mas, coadunado ao indispensável governo civil estava o espiritual exercido pelos sacerdotes da colônia. Esses homens permaneciam durante toda a crise em suas paróquias

atendendo não somente as queixas da consciência, como também os apestados abandonados pelos familiares. Os clérigos agiam assim por diversos motivos, inclusive de acordo com exemplo de alguns santos diante de epidemias. Dessa forma, pretendemos entender a ação dos clérigos em prol da saúde dos colonos através desta motivação.

Devido a vulnerabilidade experimentada pelos apestados, ações caridosas levadas a cabo por clérigos se tornaram comuns na Europa e América modernas. Os jesuítas se destacaram nessa modalidade de socorro desde que seu fundador santo Inácio de Loyola (1491-1556) socorreu os primeiros enfermos no hospital de Veneza durante a epidemia de 1537. Os jesuítas contribuíram notavelmente em outros surtos como o da Perugia em 1553 e Roma em 1565 e em 1668. (DA SILVA, 2003, p. 73; O'MALLEY, 2004, p. 268). Essa postura caridosa para com os doentes se fez presente na América Portuguesa durante a peste de 1685-1692. Para os jesuítas coloniais a peste da “bicha” provinha de um envenenamento, e dentre os medicamentos testados para frear a morbidade, os boticários do colégio de Olinda desenvolveram um antídoto. O colégio desta cidade também ofertou leitos para os doentes que a Santa Casa de Misericórdia não comportava (LEITE, 2006, p. 444-450).

A caridade ocupava espaço privilegiado nessa sociedade, e os pregadores discutiram bastante a importância da caridade para o socorro e remédio dos desvalidos. Essa postura para com os outros brotava em várias ocasiões, quer seja pautada pelo calendário litúrgico ou pela eminência ou reminiscência de episódios pestíferos. Quando a peste norteava o tema do sermão, a caridade se associava mais aos clérigos e focava no socorro ao invés da esmola. O padre jesuíta Francisco de Matos (1636-1720), por exemplo, lembrou aos fregueses da Igreja de Nossa Senhora, durante a festa de São Gregório Magno em Salvador na década de 1690, num sermão consagrado a esse santo, a importância da caridade para uma cidade assolada de peste, já que “ele [São Gregório Magno] foi o que na peste de Roma socorreu a todos” e como Papa poderia acolher e dar remédio aos doentes (MATOS, 1701, p. 160). Assim, como membro máximo da hierarquia da Igreja não poupava esforços para cuidar dos doentes, a clerezia deveria buscar ajudar quando pudesse, não por obrigação de ordem, mas porque a caridade deveria guiar a obra.

A caridade motivou os clérigos socorrerem os enfermos, mas esta virtude não esgota o rol de justificativas que estes homens tinham para legitimar suas ações junto aos enfermos. De fato, existiam pessoas à mingua, já que, a fuga das cidades esvaziava as chances de encontrar pessoas capazes e dispostas de cuidar dos apestados. No contexto

colonial, junto ao êxodo dos lugares pestilentos, a implantação ainda rudimentar de instituições de saúde reforçava o dever dos clérigos junto aos fregueses. Por fim, como já afirmamos anteriormente, existia uma firme relação entre saúde e fé, corroborando que a Igreja orientasse a sociedade neta matéria.

Na Idade Moderna, os sermões constituíram um meio privilegiado de comunicação da Igreja com os fiéis. Durante os surtos epidêmicos os pregadores propunham aos fiéis uma conduta piedosa para afugentar a peste e, como já foi exposto anteriormente, boa parte das práticas prescritas no Brasil colônia já tinha sido praticado alhures. Nos textos piedosos sobressai diante da pestilência a ação heroica de santos imbuídos de certo desprezo do mundo. Sem essa postura não haveria socorro aos enfermos, pois, os santos arriscavam a própria vida para salvar a dos seus semelhantes. O pregador Antônio Vieira desenvolveu esse tema no seu *Sermão de são Roque...* de 1669, relato da influência milagrosa deste santo na peste no Reino de Algarves. Antônio Vieira narra as proezas de são Roque ainda vivo, destacando principalmente porque ele se tornou santo. O abandono de si, resignação a vontade de Deus, resiliência diante dos problemas do mundo e a infinita caridade desse homem caracteriza uma pessoa santa. Várias vezes padeceu sem perder a fé e assim quando prestou socorro aos apestados “o santo, como verdadeiro imitador de Cristo na morte, salvou aos outros, e a si não salvou” morrendo de peste (VIEIRA, 1682, p. 169). Longe de um recurso retórico exclusivo do brilhante orador, parece bastante comum divulgar que são Roque pautou a sua vida à exemplo de cristo, o padre Ângelo de Siqueira deu sentido parecido para esse ato heroico na sua *Botica preciosa e tesouro preciso da Lapa...* de 1754 (SIQUEIRA, 1754, p. 296). Talvez, atitude dos clérigos socorrerem aos apestados também tenha esse objetivo de trilhar o caminho de Cristo.

Esperava-se da clerezia como um todo prestar atenção aos apestados. Isso não implicava que todos os clérigos deveriam deixar suas obrigações para ficar ao lado do leito dos enfermos. Às vezes, o dever nessas circunstâncias estava em escrever e pregar sobre a doença, ensinado aos demais sacerdotes a postura virtuosa. Esses textos louvavam a postura dos santos durante surtos epidêmicos, talvez lembrando aos demais clérigos que salvar a vida dos fiéis indicava mais do que comprometimento com as regras da ordem, mas, principalmente, um sinal de santidade.

A maioria dos escritos sobre peste provêm de eminentes membros da Companhia de Jesus com Antônio Vieira, Alexandre de Gusmão e Francisco de Matos (todos ocuparam cargos chave naquela Ordem). Em tese, idealizava-se divulgar as ideias de

textos piedosos para todos os católicos, mas talvez tivessem mais impacto e sentido para os próprios jesuítas. No contexto dos Colégios da Companhia poderia existir um ambiente favorável para a aceitação de seguir o exemplo dos santos, pois, outros textos que compunham o repertório de leituras dos jesuítas também abordavam esse tema da peste. Da biografia de santo Inácio de Loyola que narrava seu contato com apestados até as cartas Anuais que descreviam o acolhimento dos enfermos pelos padres da companhia, a busca de uma vida mais santa, pautou em partes a atitude destes religiosos para com esses doentes. Desde quando os seminários acolhiam os noviços, as pregações, o exemplo do santo fundador e a leitura de textos piedosos formavam o caráter dos futuros jesuítas.

Na América Portuguesa de 1701, por exemplo, Antônio Bonucci contou a história de membros da Companhia que se dispuseram a arriscar a vida para auxiliar durante a peste; narrando como os internos do Colégio palermitano foram solícitos ao pedido de socorro na ilha de Malta, diz o Antônio Bonucci (1701, p. 90) que:

Neste tempo, tendo disto noticia os nossos religiosos do Colégio [Jesuíta] de Palermo, em que como primário da província de Sicília costumam ordinariamente assistir duzentos e vinte religiosos, foi incrível o fervor que se acendeu em todos de passar a Malta a servir aos apestados, indo-se oferecer, e pedindo com lágrimas aos pés do padre Provincial, que os mandasse.

O Provincial não permitiu que todos os 220 religiosos saíssem de Palermo para cumprir tal intendo. Apenas dois membros tiveram aval do Provincial, já que, para quem desejava cuidar dos outros deveria possuir experiência neste trabalho. Embora esse caso não corresponda as pestilências vividas na América Portuguesa no século XVII, *A vida de santa Rosália...*, de onde provem esse excerto, Antônio Bonucci a escreveu no Brasil colônia em língua portuguesa o que talvez tenha inteirado os jesuítas daqui como o bom jesuíta procedia ao saber que alguma localidade sofria por causa de peste.

Quando o clérigo não conhecia as práticas para cuidar do corpo, aos mesmos, ele devia a obrigação de assistir o espírito do doente. A possibilidade de morrer sem confissão perturbava os enfermos, pois sem esse sacramento não teria perdão dos pecados condenando a alma ao inferno. Isso incomodava também os clérigos, mas a prática de “cura das almas” dos apestados constituía uma atividade perigosa. Nem todos os clérigos atendiam imediatamente aos chamados do povo doente como os jesuítas palermitanos. Prevendo essa situação desagradável para a Igreja e enfermos, no sínodo diocesano idealizado pelo arcebispo baiano Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722), as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia...* resultantes desse encontro preveem

no parágrafo § 159, que normatiza esse problema, as epidemias não eximem das obrigações sacramentais, pois:

Não será o pároco escuso da dita pena, antes com mais rigor castigado pela dita culpa, por ser o tempo de peste, ou de outra doença contagiosa; por quanto é obrigado a administrar este sacramento a seus paroquianos, ainda que seja com perigo de vida (DA VIDE, 1719, p. 73).

A título de curiosidade as penas que as *Constituições...* impõem aos párocos são: prisão, perda de direitos e prebendas. A exceção da prisão e dos direitos, que tocava a todos os eclesiásticos desobedientes, a perda de prebendas referem-se aos sacerdotes colados, isto é, que estava responsável por uma freguesia. Não ministrar os sacramentos aos moribundos de peste, portanto, excluía o religioso da segurança proveniente de controlar uma paróquia.

Tal lei enfatiza a obrigação paroquial “ainda que seja com perigo de vida”, ou seja, se o religioso não se arrisca por desprezo do mundo o cânone diocesano nega-lhe a chance de se preservar longe dos doentes. Talvez esse parágrafo tenha sido pensado a luz dos acontecimentos de 1685-1686, quando possivelmente algum sacerdote baiano se negou a prestar o socorro sagrado aos seus fiéis. Mas é inegável que o texto ainda prevê “outras doenças contagiosas” como provavelmente a bexiga, impaludismo e sarampo que também marcaram a sociedade colonial da segunda da segunda metade do século XVII e início do seguinte (RIBEIRO, 1971, p. 16-18; DE MELO PEREIRA, 2005; p. 110-111).

É possível dizer que os clérigos contrariavam o senso comum da época de fugir dos lugares pestilentos. Como vimos esses lugares eram atrativos para algumas regras provarem a caridade de seus membros. No Brasil colônia, os jesuítas se destacaram na predica da peste e no socorro dos doentes. Os pregadores desse instituto difundiram ideias importantes para estimular a ação dos seus colegas como o exemplo de santos que socorreram apestados mesmo que para isso lhes custassem a vida. Mas a conduta exemplar dos jesuítas que transpareceu nos documentos não deveria se restringir apenas a esse instituto, pois, as *Constituições...* indicavam o dever os cleros em geral de oferecer conforto aos doentes de peste. Em síntese, a Igreja como um todo esperava a santidade dos seus membros por suas obras, mesmo que elas fossem arriscadas ou mortais pois o espírito de martírio permanecia evidente na moral desses homens.

Considerações finais

Pautado na documentação analisada, é possível determinar 4 dois aspectos atinentes à moral da peste na América Portuguesa de 1685 a 1754:

1) O contexto da peste, onde ela incidia, as causas, os sinais e tratamentos associaram-se a doutrina dos santos “advogados contra a peste”

2) O clero colonial auxiliou os colonos na escolha dos santos para a devoção em ocasião de peste.

3) Os colonos deveriam obrar para atingir esse objetivo com procissões, orações, novenas e súplicas aos santos.

4) Os clérigos socorreram os apestados porque eles tinham o exemplo de vida dos santos para com os apestados.

Daí depreendemos que além das prescrições de médicos a respeito da peste, os membros do clero recomendavam condutas piedosas diante de epidemias. Esse resultado tange o aspecto da moral de cuidar de si e dos doentes através da virtude dos santos e da fé dos colonos e, segundo a abordagem do tema pelos clérigos, confiar nas recomendações do púlpito e praticá-las tinha o efeito de minimizar os estragos causados pela peste.

Talvez, o motivo para que os padres propagassem uma moral para resolver o problema da peste com a devoção aos santos esteja na promoção de valores da então Igreja Tridentina (SOUZA, 2000, p. 37). Mesmo não existindo por aqui concorrência organizada de outros credos ao longo do período analisado, possivelmente a disputa entre católicos e protestantes no que concerne o culto aos santos tocou os sacerdotes americanos, como um reflexo da afirmação da fé aos ícones levada a cabo pelos colegas da Europa católica. O objetivo de recorrer as santidades no Brasil colônia nos surtos pestilenciais também reforçava que sobre estas paragens havia apenas fiéis do catolicismo obedientes as determinações do Papa.

Devido a importância dos santos para os clérigos em ocasião de peste, o pecado, um elemento fundamental na moral, recebeu pouco destaque nos textos piedosos. Dentre os discursos e livros escritos para moralizar os colonos no que toca este problema, os pecados aparecem pouco e de forma imprecisa — de qual pecado falava o pregador? —, embora permaneça uma causa citável para a doença em questão. Os padres Alexandre de Gusmão, Antônio Bonucci e Ângelo da Siqueira, acusaram a culpa dos fregueses para a peste; os maus cristãos pecaram tanto que a pena imposta pela Justiça Divina não poderia

ser outra senão a pestilência (GUSMÃO, 1686, p. 14; BONUCCI, 1701, p. 88; SIQUEIRA, 1754, p. 120). Mas os textos não esclareceram que tipo de pecados evitar para o bem da comunidade, por exemplo, no testemunho de Alexandre de Gusmão a respeito da peste de 1686, os pecados capitais dos baianos provocaram o “mal comum”; não havia, portanto, um ou outro pecado mais associado a dita morbidade.⁵ Cogitamos que os eclesiásticos assim fizeram porque havia compromisso da Igreja Tridentina de exaltar a virtude dos santos e pessoas piedosas, recalçando os exemplos de pessoas pecaminosas ao irrelevante papel de antagonistas aos bons cristãos.

Associado ao trabalho pastoral de divulgar o perfil de bons cristãos pelas paróquias, o clero tinha o problema de explicar para os fiéis quais ações conduziam ou não para esse fim e, para reforçar a mensagem, convocavam para atos públicos a comunidade. A procissão as orações e as novenas ganharam destaque dos clérigos por causa do seu caráter coletivo, tanto no sentido de penitência pelos pecados da comunidade, mas sobretudo porque na Península Ibérica e nas suas respectivas colônias, a participação nessas cerimônias públicas era boa para a reputação de bom cristão. No Brasil colônia, somado a suspeita de cripto-judeu suspensa sobre os colonos, existia os africanos e os indígenas, povos que se converteram recentemente. Atos públicos de devoção, portanto, auxiliou a Igreja no processo de moralização de alguns, e da cristianização dos demais, mas principalmente determinou o caráter exterior da religiosidade colonial (HOORNAERT, 1977, p. 326).⁶

Não obstante ao clero mencionar mais a devoção de rua aos santos, os textos relatam a devoção de casa, principalmente aquela associada aos casos milagrosos da cura dos apestados. A notícia dessa dádiva sobrenatural poderia aumentar a fé de que a intervenção divina se repetiria para mais fiéis e, às vezes isso era esperado, pois, para os fiéis entregues a rotina da peste, apenas um milagre poderia salvá-los do contágio e da moléstia. Para a clerezia, importava tanto o processo de conversão dos fregueses em cristãos melhores quanto salvar a vida das pessoas, pois, a mensagem do milagre

⁵ Observamos que no *Regimento proveytoso contra há pestenensa*, escrito provavelmente em fins do século XV em Portugal, havia o costume de associar os pecados de ódio e concupiscência, ira e luxúria respectivamente, à peste, pois, esses pecados agitavam demasiadamente os corpos tornando-os suscetíveis ao contágio de peste. Cf. JOHANNES JACOBI. Regimento proveytoso contra há pestenensa (1496-1500 – impressão portuguesa). In: ROQUE, Mário da Costa. **As pestes medievais europeias e o “regimento proveytoso contra há pestenensa”**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro cultural português, 1979, 321.

⁶ Ver e ser visto em atos públicos de devoção também evitava as desconfianças dos vizinhos a respeito da fé pessoal como também diminuía a credibilidade de uma possível denúncia aos órgãos de justiça da Igreja como o Tribunal Eclesiástico e o Tribunal do Santo Ofício.

carregava apenas uma moral: fulano conseguiu sarar meramente porque adotou a postura de bom cristão; curar e converter convergiam. A existência complementar da piedade doméstica, portanto não permanecia restrita ao leito do enfermo, ela tinha que extravasar livremente em pregações e textos impressos, sem o qual os padres não poderiam sustentar que o dito “advogado contra a peste” era milagroso.

O que fazer com os doentes? Pergunta oportuna para o verão de 1685-1686 em Pernambuco e Bahia e talvez direcionou a ação dos clérigos para a caridade junto àqueles. É possível cogitar que os padres tenham se comprometido com o socorro aos enfermos no Brasil colonial por necessidade. De fato, a crise sanitária piorou a oferta de serviços convencionais de socorro dos enfermos com as Misericórdias. Todavia, a ação dos clérigos em prol a saúde das pessoas em ocasião de peste ocorria em outras paragens como Roma e Veneza, centro populacionais mais desenvolvidos e que possivelmente gozava de maiores recursos para o cuidado para com os apestados. Eventualmente, os clérigos da América Portuguesa optaram pelo tentar salvar doentes de peste porque a pregação de uma certa “doutrina da peste” dava exemplo de pessoas santas que quando estavam vivas arriscaram-se para ajudar seus semelhantes. Provavelmente os clérigos tenham consumido essa mensagem e abstraíram a ideia de buscar para si a santidade e, recorrendo ao lugar comum da cristandade de desprezo do mundo e martírio, tenha se engajado nesta atividade perigosa.

São Sebastião, são Francisco Xavier, santa Barbara e são Roque, só para mencionar os santos cultuados na ocasião das epidemias de peste, se imolaram, em épocas diferentes, por fé em Cristo e na Igreja. A eles e outros convencionou-se chamar de mártires e o que fizeram de martírio. Na Idade Moderna os homens da Igreja ainda perseguiram esse ideal, mas a partir daí dependiam de outras formas de martírio como as doenças contagiosas e os cancos para o sacrifício ao invés da sanha assassina de reis e imperadores pagãos como na época de são Sebastião (CORBIN, 2012, p. 128). Esse redirecionamento dos martirizados possivelmente influído na decisão dos religiosos do Brasil colonial ter contato com os doentes de peste, já que se contraíssem a doença não adoeceriam à toa, mas estariam cursando uma trilha de vida santa ou morrendo como santo.

A maioria dos relatos sobre a peste se circunscrevem de 1686, início do surto em Salvador, até meados do século XVIII. Sabemos que os clérigos começaram a escrever depois da primeira notícia de pestilência, mas porque cessaram a propagação desta mensagem? Talvez a causa se refira à não manifestação de peste de ampla proliferação

no Estado do Brasil após 1695, mas sim surtos isolados na primeira metade do século XVIII. Isso explicaria porque a quase a totalidade dos documentos se referiu a peste da “bicha”, epidemia que provocou mortes nos principais centros da América Portuguesa de então. O fator da idade dos padres também interferiu nesse problema, já que, a maioria dos padres que escreveram sobre o tema pertenciam a geração que viveu a dita epidemia e, naturalmente, morreram até 1750. Se olharmos para a data de nascimento desses homens a maioria nasceu na segunda metade do século XVII e morreu entre a segunda e terceira década do século seguinte, exceto Francisco de Almeida (1706) e Ângelo de Siquera (1707).

Em linhas gerais, propusemos desde o início destas páginas pensar a influência da peste na moral católica na América Portuguesa. Ela possuía duas facetas que se, por um lado, requeria dos fiéis uma postura condizente com o perfil de bom cristão, por outro, comportar assim combateria a peste nas cidades e vilas. Sobre essa última ponderação, podemos dizer que a piedade estava associada a saúde corporal; mais ainda, poderíamos entender a partir dos documentos uma moral de atribuir ao restabelecimento da saúde a atuação dos santos. Nesse contexto social, alguns santos importavam mais diante da peste, e por isso colonos dedicavam suas orações, procissões, novenas, entre outras performances, apenas a alguns santos, já que estes foram legitimados pela tradição e, sobretudo, pelo clero engajado na pregação e na produção de escritos para os colonos. Baseado nesse resultado parcial, podemos dizer que houve no Brasil colônia um esforço dos eclesiásticos de propagar uma certa moral sobre a saúde e o corpo que de forma nenhuma estava isolado das boas práticas católicas pós Trento.

THE SAINTS AND THE PLAGUE IN COLONIAL BRAZIL (1685-1754)

Abstract: In 1685, the plague struck Pernambuco and later spread to other captaincies. High lethality encouraged clerics to write about; and this reinforced the presence of religious knowledge in the measures taken against the disease. Devotion to the saints has become central because it fits in with the situations of the epidemic. In sermons, devotional books, and hagiographies, holiness emerges as the intercessors of men's cause with God, so the colonists should choose a patron to protect the city or town. In these documents the religious recommend the practice of processions, prayers and novenas dedicated to the saints who had "lawyers against the plague". As the epidemic intensified, people fled both the plague and the sick except the religious. They rescued the sick because they sought an ideal of holy life after the example of the saints, they despised the world and lived and died for others, reason for the men of the church risking health with the sick. Given this scenario, this article aims, in general, to investigate the morality about plague in colony Brazil from 1685 to 1754, a period marked by major pestilence outbreaks, questioning the place of faith in the health and disease of the settlers.

Keywords: Plague. Devotion. Clergy. Saints. Moral. Processions.

Referências

Documentos

ALMEIDA, Francisco de. **Sermão de S. Francisco Xavier, protetor da cidade da Bahia, na solenidade aniversaria, com que o festeja o nobilíssimo senado da câmara pelo benefício que fez a todo o Estado do Brasil, livrando-o da peste chamada vulgarmente a bicha.** Lisboa, 1743, p.06.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português e latino, áulico, anatômico, arquitetônico, bélico, botânico, brasílico, cômico, crítico, químico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, florífero, forense, frutífero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... pelo Padre D. Raphael Bluteau.** - Coimbra: no Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. – Vol. 06.

BONUCCI, Antônio Maria. **Vida de S. Rosália, VIRGEM PALERMITANA, advogada contra a peste, RECOMPILADA De Vários, & verídicos Autores, PELO P. Antônio Maria Bonucci da Companhia de Jesus, Missionário do Brasil. E dedicada A senhora Marquesa de Montebelo.** Lisboa, na oficina de Manuel Lopes Ferreira M.D.C.C.I. [1701].

GUSMÃO, Alexandre de. **Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos. O P. Alexandre de Gusmão da Companhia de Jesus, Provincial da Província do Brasil. Nas exéquias do Ilustríssimo Senhor D. Fr. João da Madre de Deus, Primeiro Arcebispo da Bahia, Que faleceu do mal comum que nela ouve neste ano de 1686. Dedicado ao Excelentíssimo Senhor D. Antônio Luís de Sousa Telo, e Menezes, Márquez das Minas do Conselho de Sua Majestade, Senhor das Vilas de Beringel, e Prade, dos Coutos de Manhente, Freiris, e Azevedo, Alcaide Mor. da Cidade de Beja, Comendador da Ordem de Cristo, das Comendas de N. Senhora de Azevo, Pena verde, e Santa Marta de Vianna, e da Ordem de Santiago, da Comenda de Sinis, Governador, et Capitão General, do Estado do Brasil. Pelo Conego Francisco Pereira Chantre na mesma Sé Catedral, que o mandou imprimir, Lisboa, Oficina de Miguel Menescal Impressor do Santo Oficio, 1686.**

MATOS, Francisco de. **Sermões vários que pregou o muito reverendo padre mestre Francisco de Mattos, da Companhia de Jesus, Lisboa, Oficina de Antônio Pedroso Galvão, 1701.**

ROSA, João Ferreira da. **Tratado único da Constituição pestilencial de Pernambuco oferecido a El Rey N. S. por ser servido ordenar por seu Governador aos Médicos da América, que assistem aonde há este contagio, que o compusessem para se conferirem pelos Corifeus da Medicina aos ditames com que He tratada esta pestilencial febre. Composto por João Ferreira da Rosa Medico formado pela Universidade de Coimbra, & dos de estipendio Real na dita Universidade, assistente no Recife de Pernambuco por mandado de Sua Majestade que Deus guarde, Lisboa, Oficina de Miguel Menescal, Impressor do Príncipe Nosso Senhor, 1694.**

SIQUEIRA, Ângelo de. **Botica Preciosa, E Tesouro Precioso da Lapa, Em que como em Botica, e Tesouro se acham todos os remédios para o corpo, para a alma, e para a vida, E uma receita das vocações dos Santos para remédio de todas as enfermidades, e vários remédios, e milagres de N. Senhora da Lapa, e muitas Novenas, devoções, e avisos importantes para os plays de família ensinarem a Doutrina Cristã. Composta, & Descoberto pelo Missionário Apostólico Ângelo de Sequeira, Protonotario Apostólico de S. Santidade, do habito de São Pedro natural da Cidade de S. Paulo Dedicada E Oferecido [sic] ao Sereníssimo Rey D. Joseph I. Deste Nome.** Lisboa. Na Oficina de Miguel Rodrigues Impressor do Eminentíssimo S. Card. Patriarca. 1754.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia Feitas, & ordenadas pelo Ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastiao Monteiro da Vide, Propostas, e Acetas Em o Sínodo Diocesano que o Dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707.** Lisboa Ocidental: Oficina de Pascoal da Sylvia, 1719.

VIEIRA. Antônio. **Sermões do P. Antônio Vieira (Volume 02) da Companhia do Jesus, Pregador de Sua Alteza. Segunda parte dedicada no panegírico da Rainha Santa ao Sereníssimo nome da Princesa N. S. D. Isabel.** Lisboa: Oficina de Miguel Desandes, 1682.

_____. **Xavier dormindo, e Xavier acordado: Dormindo em três Orações Panegiricas no Tríduo da sua Festa Dedicadas aos três príncipes que A Rainha Nossa Senhora confessa dever à intercessão do mesmo Santo, Acordado, Em doze Sermones Panegíricos, Moraes, & Ascéticos, os nove da sua Novena, o decimo da sua Canonização, o undécimo do seu dia, o ultimo do seu Patrocínio, autor a padre Antônio Vieira Da Companhia de Jesus, Pregador de Sua Majestade. Oitava Parte.** Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1694.

Bibliografia

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemias. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 3, p. 9-15, 1987.

BASTOS, MJ da M. Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como elemento do proselitismo cristão. (Portugal, séculos XIV–XVI). **Tempo, Rio de Janeiro**, v. 1, n. 3, p. 183-205, 1997.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo: da renascença às luzes.** Tradução de Maria Lúcia ME Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DE MELLO PEREIRA, Magnus Roberto. Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista. **Topoi**, v. 6, n. 10, p. 99-142, 2005.

FRANCO, Odair. **História da febre-amarela no Brasil.** Brasil. Divisão de Cooperação e Divulgação, 1976.

FREITAS, Octavio de. Doenças africanas no Brasil. **Brasiliana**, 1935.

HOORNAERT, Eduardo; HAUCK, João Fagundes. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Editora Vozes, 1977, p. 326.

JOHANNES JACOBI. Regimento proueytoso contra há pestenença (1496-1500 – impressão portuguesa). In: ROQUE, Mário da Costa. **As pestes medievais europeias e o “regimento proueytoso contra há pestenença”**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro cultural português, 1979.

LANGUM, Virginia. **Medicine and the seven deadly sins in late medieval literature and culture**. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Editora Itatiaia, 2006, Belo Horizonte, Vol. V.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PÉCORA, Alcir. **Teatro do sacramento**. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

RIBEIRO, Lourival. **Medicina no Brasil colonial**. Editorial Sul Americana, 1971, p. 16-18; FRANCO, Odair. **História da febre-amarela no Brasil**. Brasil. Divisão de Cooperação e Divulgação, 1976.

SOUZA, Evergton Sales. Entre vênias e velas: disputa política e construção da memória do padroeiro de Salvador (1686-1760). **Revista de História**, n. 162, p. 131-150, 2010.

SOUZA, Juliana Beatriz de Souza; VAINFAS, Ronaldo. **Brasil de todos os santos**. Zahar, 2000.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)**. São Paulo: Alameda, 2017.

SOBRE O AUTOR

Edson Tadeu Pereira é mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); Bolsista FAPESP nº processo 2019/06043-0.

Recebido em 31/10/2019

Aceito em 20/11/2019